História e Direito em 1784. Comentários sobre a interpretação da “Escola Semântica de Campinas”

[History and law in 1784. Comments on the “Semantic school of Campinas” interpretation]

Ricardo Terra

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília

I. Introdução

Gostaria que minha participação nessa mesa fosse entendida como uma continuação da homenagem prestada ao Professor Zeljko Loparic com o lançamento do *Festschrift* pelos seus 70 anos.¹

A maior homenagem que se pode prestar a um pensador é discutir suas Ideias. Como não posso realizar agora esta tarefa gostaria, pelo menos, de levantar algumas questões ligadas a elas, mesmo sendo laterais. Loparic tem uma extensa obra filosófica abrangendo vários temas e autores, como Descartes, Kant, Heidegger, Winnicot, entre outros. Vou restringir-me a alguns aspectos de sua leitura da filosofia de Kant. O interessante é que sua abordagem da filosofia kantiana propõe uma atitude, ou mesmo um método: a interpretação semântica. Loparic criou uma vasta linha de pesquisa com a participação de muitos mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e ex-orientandos que hoje são professores. Também orientou outras teses no quadro da semântica, mas não se limitou a isso: também pesquisadores com outras formações somaram-se ao

¹ Na abertura do XII Colóquio Kant da UNICAMP – Direito e Política, houve uma Seção de Homenagem ao Prof. Zeljko Loparic com o lançamento do livro *Um filósofo e a multiplicidade de dizeres. Homenagem aos 70 anos de vida e 40 de Brasil de Zeljko Loparic*, organizado por Robson Ramos dos Reis e Andréa Faggion (Campinas: Coleção CLE, 2010). Em seguida, a mesa de abertura do evento teve como tema “História, moral e direito em Kant” e foi composta, além de mim, por Julio Esteves (coordenador), Zeljko Loparic e Daniel Omar Perez. Procurei manter o caráter oral de minha exposição para ressaltar a origem do texto, ou seja, um debate sobre um aspecto da leitura semântica da filosofia da história kantiana.

Agradeço pela leitura e sugestões aos amigos: Fernando Mattos, Monique Hulshof, Maurício Keinert, Bruno Nadai e Diego Kosbiau.

grupo. Vemos sua presença nos vários congressos sobre Kant e também nos congressos da ANPOF, no concorrido GT Criticismo e Semântica. Podemos falar em uma verdadeira “escola” de interpretação semântica da filosofia de Kant no Brasil.

Na “escola semântica” há uma real divisão de trabalho. As dissertações e teses cobrem os vários aspectos e períodos da filosofia kantiana e há uma espécie de consolidação de resultados, na medida em que uma determinada pesquisa parte dos resultados já consolidados em pesquisas anteriores. Isto sem falar que o próprio Loparic enfrenta sistematicamente toda a obra kantiana.

Diante de tal situação, passo a formular algumas questões.

A primeira diz respeito à distinção entre o que é próprio da interpretação semântica e aquilo que é específico à análise de certa questão e que, posteriormente, é assumido por pesquisadores que já partem da solução encontrada. Há vários elementos da análise, no entanto, que dependem das informações e hipóteses interpretativas do pesquisador, não sendo necessariamente resultantes da perspectiva semântica. Daí o surgimento de divergências também entre os semânticos.

A segunda questão diz respeito a uma atitude que parece comum aos semânticos: dividir a filosofia kantiana em diversas fases, procurando soluções diferentes para as possibilidades das proposições e, a partir daí, tentando encontrar fracassos kantianos até chegar a uma forma de sensibilização definitiva para certos tipos de juízo. Dessa forma, multiplicam-se os períodos e as formas de juízos.

Dito isso, convém elaborar algumas considerações sumárias de método, por assim dizer, antes de entrar na matéria. A boa história da filosofia implica a tomada de posições filosóficas. As questões postas em relevo, na análise de uma obra filosófica não contemporânea, frequentemente provêm de questões filosóficas do presente. Como muito bem expressou Balthazar Barbosa Filho: “que se possa fazer filosofia ignorando a história da filosofia é cegueira, do mesmo modo que fazer história da filosofia sem um esforço de pensamento filosófico é vacuidade completa”.² Daí a similaridade das dificuldades encontradas quando se comparam diferentes filosofias ou interpretações das filosofias. Cada filosofia se fecha em sua especificidade lógica e retórica e, quando criticada, reclama que foi mal compreendida. Ora, algo parecido se dá entre “escolas” diferentes de história da filosofia, ou, se se preferir, de reconstrução das filosofias.

² Nobre, M. e Rego, J. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo, editora 34, 2000, p. 412.

Diante da concorrência das interpretações, restam os critérios da maior amplitude da investigação, da precisão histórico-filológica, da relevância para a filosofia contemporânea ou algo do gênero. No confronto da reconstrução semântica com uma leitura analítica, ou com uma postura histórica crítico-sistemática, por exemplo, dificilmente se chegaria a um acordo para o estabelecimento prévio dos critérios da discussão. O máximo que se consegue é uma concorrência na explicação de algum texto ou questão específica. Mas o ganho, mesmo assim, pode ser grande tanto para a compreensão do pensador analisado como para a clarificação das interpretações em confronto.

Feitas as referências à escola semântica e à dificuldade da discussão filosófica, aproximemo-nos de uma formulação da questão a ser desenvolvida. Tomei uma consciência mais clara do fenômeno da escola semântica por ocasião do rico debate que aconteceu durante a defesa da tese de doutoramento de um orientando de Loparic, Fábio Scherer, intitulada *Teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos a priori segundo o método de análise e síntese*.³ O exemplo me parece bom porque se trata de um trabalho que envolveu um vasto esforço analítico.

Minha primeira questão diz respeito ao método - não tanto da semântica, mas da análise e da síntese, que foi aplicado com cuidado por Fábio Scherer. Pelo que percebi até hoje, a “aplicação” do método para articular a teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos a priori é artificial, exterior e não conduz a nenhum resultado filosófico relevante. Em comparação com as outras leituras, não vejo nenhum aspecto que aprofunde a compreensão do texto kantiano, nem algum sentido relevante para a reconstrução do pensamento político jurídico kantiano que tenha impacto nas questões atuais da filosofia do direito ou da filosofia política. Em relação à semântica, no entanto, a situação é diferente e, em alguns aspectos, pode e tem levado a interessantes confrontos com leituras concorrentes. Basta lembrar os artigos de Guido de Almeida sobre o fato da razão ou sobre o princípio do direito.⁴

Outra questão presente no debate provocado pela tese de Scherer disse respeito à interpretação do texto de Kant “Ideia de uma história universal em um propósito cosmopolita”. Irei concentrar-me aqui neste ponto, pois gostaria de salientar algo que podemos denominar “efeito de

³ Participaram da banca de doutoramento, além de mim, os professores Zeljko Loparic (orientador), Roberto Romano, José Nicolau Heck, Aguinaldo Pavão.

⁴ Almeida, Guido Antonio de “Crítica, dedução e facto da razão”. In: *Analytica*, vol. 4, n.1, 1999; _____. “Kant e o princípio do direito: sensualismo versus intelectualismo na interpretação da concepção kantiana do Direito”. In: Reis, Robson e Faggion, Andréa (orgs.) *Um filósofo e a multiplicidade de dizeres*. Campinas: coleção CLE, 2010.

escola”. Ou seja: como certa interpretação de um texto específico acaba por consolidar-se e radicalizar-se em uma direção partilhada por pesquisadores que pensam de forma parecida. Quero deixar claro, desde logo, que não pretendo atingir, com a reconstrução e crítica dessa leitura, a perspectiva semântica como um todo. Não se trata, pois, de um argumento contra a semântica, mas contra certa leitura de um texto específico que se consolidou na “escola semântica”. Uma avaliação dos resultados da semântica demandaria uma leitura concorrente dos diversos textos kantianos, já que não vejo muito interesse na discussão de um método sem a análise de seus resultados.

II. A *Ideia* na “escola semântica”.

Tomarei como ponto de partida uma passagem de Loparic no artigo “O problema fundamental da semântica jurídica de Kant”, publicado em 2003.⁵ Nele lemos que, “em *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*, de 1784, a história da humanidade é pensada como uma história natural, portanto, sem conexão com uma teoria de juízos práticos a priori”.

Coube a Daniel Perez desenvolver com vagar a análise semântica da filosofia da história kantiana. Mas é bom deixar claro, já de início, que tomarei apenas um pequeno aspecto da leitura de Perez, a qual, em seus desdobramentos, torna-se cada vez mais sofisticada e complexa.⁶

Para diferenciar a posição kantiana de 1784 e os textos da década de 1790, Perez faz três afirmações fortes:

1. “Em 1784 Kant não tinha a menor *Ideia* do que significaria teleologia no sentido da CFJ”.⁷
2. “(...) aqui a noção de história deve ser ressignificada levando em conta a aparição da liberdade prática e da lei moral, que não estavam inseridas no texto de 1784”.⁸
3. “o significado da história é retrabalhado nos anos 1797-98, levando em conta os elementos do direito e da política elaborados na doutrina do direito e nos opúsculos histórico-

⁵ “O problema fundamental da semântica jurídica de Kant”. In: Perez, D. (org.) *Kant no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2005, p. 310 (Texto publicado inicialmente em Wrigley, m. e Smith, P. (orgs) *O filósofo e a sua história. Uma homenagem a Oswaldo Porchat*. Campinas: UNICAMP/CLE, 2003.

⁶ V. Perez, Daniel. “Os significados da história em Kant”. In: *Philosophica*, 28, Lisboa, 2006, pp. 67- 107; e _____, *Kant e o problema da significação*. Curitiba: Editora Champagnat, 2008.

⁷ Perez, Daniel. “Os significados da história em Kant”. In: *Philosophica*, 28, Lisboa, 2006, p. 77.

⁸ Idem, p. 78. Convém assinalar que a visão exposta em *Kant e o problema da significação* é muito mais matizada e complexa.

políticos cujas Ideias não foram nem mesmo cogitadas na década de 1780”.⁹

Rápidos comentários preliminares: dizer que Kant não tinha “a menor Ideia do que significaria teleologia no sentido da CFJ” é muito forte. Kant não tinha formulado o juízo reflexionante, mas isso não significa que não tivesse um rico conceito de teleologia, desenvolvido de maneira crítica no “Apêndice da Dialética Transcendental” da *Crítica da razão pura*. Lebrun e Antonio Marques oferecem amplas análises das transformações da noção de teleologia, e não mostram grandes abismos.¹⁰ A liberdade prática e a lei moral estavam muito bem estabelecidas na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, escrita em 1784. Não fica claro quais Ideias da doutrina do direito não foram nem cogitadas na década de 1780. Algumas podem não ter sido, mas muitas o foram. Basta buscá-las nas *Reflexionen*, no *Naturrecht Feyerabend* e na *Moral Mrongovius II*.¹¹ Mas voltarei a estas questões adiante.

É interessante seguir a ampliação, explicitação e, talvez, radicalização dessas análises na tese de doutoramento de Fábio Scherer. Insistirei em dois aspectos da análise da *Ideia*: em primeiro lugar, a história pensada como história natural em 1784 e, em segundo lugar, como não tendo conexão com a razão prática.

Passemos então aos textos. Em primeiro lugar, aqueles relativos à história natural. Referindo-se à *Idee*, escreve Scherer:

Tal filosofia da história depende de uma teoria de um estado de paz, para tanto, usa-se forças em conflito. O modelo não é a teoria do direito, mas a teoria do surgimento do sistema planetário (estável, autônomo) que já aconteceu. Esta teoria, presente no texto *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*, é fundamental para compreender a origem da teoria do estado, de 1784, visto que se trata de um construto análogo. Neste sentido, o procedi-

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Cf. Lebrun, Gérard *Kant e o fim da metafísica*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes, 1993; e Marques, Antonio *Organismo e sistema em Kant*. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

¹¹ Para esse tema seria fundamental retomar o debate da Kantforschung dos anos 1970, provocado pelo livro extensamente documentado de Christian Ritter: *Der Rechtsgedanke Kants nach den frühen Quellen*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1971. Ritter defende a tese de que o pensamento jurídico de Kant se desenvolve em constante continuidade, não havendo então uma ruptura entre um período pré-crítico e um crítico. Contra a leitura de Ritter, vale a pena ver o livro de Werner Busch: *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie Kants*. Berlin: de Gruyter, 1979. Busch defende a posição de que há uma diferença entre um período pré crítico e outro crítico no pensamento jurídico kantiano, mas dá uma grande importância para a reflexão jurídica a partir de 1772 na fundação da filosofia crítica do direito.

mento a ser adotado é o de caracterizar os principais elementos, bem como o modo operacional utilizado para a elaboração do escrito de 1755.¹²

Scherer explicita alguns aspectos da analogia:

...na história da humanidade, as brigas podem ser vistas como se fossem paralelas a essas irregularidades nos movimentos dos planetas, isto é, como irregularidades nas ações humanas. No texto de 1784 há forças em combate (indivíduos entre indivíduos, estados entre estados), mas existe um plano da natureza de construir um sistema estatal, estável e pacífico, análogo ao sistema planetário. O instrumento utilizado para alcançar tal plano é o antagonismo da natureza definido por Kant enquanto *insociável sociabilidade* (*ungesellige Geselligkeit*). Este mecanismo da natureza é pensado em analogia com a lei de ação e retração que, dentro de uma teoria de força centrífuga, explica a organização dos planetas em um sistema estável e autômato. A insociável sociabilidade é responsável pelo desenvolvimento dos talentos e das potencialidades dos humanos através do exercício da razão, bem como pela união dos indivíduos em estados e os estados em confederações.¹³

Ora, essa concepção das leis naturais leva necessariamente a consequências relativas às ações humanas e, portanto, ao direito:

é interessante registrar que não há neste texto de 1784 espaço para uma teoria do direito. Falta o conceito positivo de liberdade, a ideia de interação entre agentes livres (definidos pela lei moral) e os axiomas do direito (os quais ordenam que as relações mútuas devem ser organizadas racionalmente). O que não implica que o filósofo alemão não trabalhe com conceitos jurídico-políticos.¹⁴

Ficamos curiosos para saber: se Kant trabalha com conceitos jurídico-políticos e em sua teoria não há espaço para a teoria do direito, teria ele uma concepção positivista do direito?

Na sequência da análise encontramos um recurso usado com frequência na “escola semântica”, que é a crítica impiedosa dos supostos “fracassos” e falhas argumentativas risíveis de Kant. Não se pergunta sobre a possibilidade de engano do “semântico”.

O cômico dessa afirmação é que Kant atribui aos homens os passos decisivos para o desenvolvimento da cultura quando, na verdade, a margem de escolha deixada a ele pelo mecanismo da natureza (providência) é muito pequena ou mesmo inexistente. Consequentemente, não há uma grande escolha a ser feita

¹² Scherer, Fábio César. *Teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos a priori segundo o método de análise e síntese*. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2010, pp. 73-74.

¹³ Idem, p. 79.

¹⁴ Idem, p. 82. Comparando a *Idéia* com a *Rechtslehre*, Scherer afirma: “a diferença entre o estado de natureza e o civil é pensada sob o ângulo da lei moral; o que é totalmente distinto, por exemplo, de 1784, quando ainda não se tem a lei moral e nem um conceito positivo de liberdade” (p. 103).

quanto à guerra ou à paz (...). O fato de que a história da humanidade, em *Idee...*, é pensada enquanto uma história natural, em que não há espaço para o agente humano livre constitui numa das razões pelo qual não é possível fazer uma conexão com a teoria dos juízos *a priori* práticos.¹⁵

Antes de esboçar outra interpretação, convém salientar que existem sérias divergências entre os membros da escola de interpretação semântica. Vejamos, por exemplo, uma passagem de Daniel Perez:

Não é segundo a causalidade mecânica (do instinto natural) que os homens são levados a agir conforme um fim como acontece com o clima. Nesse sentido, fica também duvidosa a hipótese de que a *Ideia* ... seja uma extensão da história natural.¹⁶

III. Um ano extraordinário: 1784

A. Mudanças na concepção de história em meados da década de 1780

Reinhard Brandt e Werner Stark publicam as *Vorlesungen über Anthropologie* na Edição da Academia em 1997. Em 1987, Brandt já estava trabalhando nos textos de antropologia e, em um artigo sobre o *Conflito das faculdades*,¹⁷ compara a posição de Kant referente à história nas *Vorlesungen* da década de 1770 e nos textos de meados da década de 1780. Para Brandt, em meados da década consolidam-se outras componentes da concepção de história, expressas na *Ideia de uma história universal* (1784). Nas *Vorlesungen* da década de 1770, Kant vê o desenvolvimento de uma ordem jurídica global como assunto de um processo natural, que se realizaria com a mesma certeza como a construção do

¹⁵ Idem p. 83. A primeira tentativa em relação aos juízos sintéticos práticos “será feita no texto *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (...) a qual, diga-se de passagem, fracassa. A principal causa deste insucesso se deve ao fato de se buscar a solução do problema dos juízos práticos no exame da ‘faculdade racional prática’ do ser humano, utilizando, para tanto, de considerações de ordem metafísica’ (Loparic, Z. “O problema fundamental da semântica jurídica de Kant”. In: Smith, P. e Wrigley, M. (orgs) *O filósofo e a sua história* Campinas, CLE, 2003, p. 517). A solução é encontrada em *Kritik der praktischen Vernunft* e consiste, nas palavras de Loparic, na defesa da tese de que “a consciência da necessitação da nossa vontade pela lei moral é a evidência factual ou sensível suficiente da efetividade dessa lei, portanto, também de sua possibilidade” (idem, *ibidem*) – o que vem a “habilitar os conceitos de liberdade positiva, de agente humano livre e de interação entre esses agentes, na filosofia prática. Estes elementos explicam também porque Kant escreveu uma nova filosofia da história em 1798. O texto de 1784 consiste numa primeira tentativa fracassada de redigir uma filosofia da história” (idem, pp. 83-84).

¹⁶ Perez, D. “Os significados da história em Kant”. In: *Philosophica*, 28, Lisboa, 2006, p. 80.

¹⁷ Brandt, R. „Zum Streit der Fakultäten“. In: Brandt, R. e Stark, W. (eds.) *Kant Forschungen*, Band 1. Hamburg: Felix Meiner, 1987.

sistema planetário. A instância realizadora seria a providência ou natureza.¹⁸

Ora, depois de 1781, com a *Crítica da razão pura*, a situação muda profundamente se pensarmos no significado de Deus na Dialética transcendental e na noção de finalidade no Apêndice da Dialética. Kant tirará as consequências disso para a história em meados da década.

Primeiramente, no conceito de “Ideia”: já não se trata de um conhecimento conceitual-categorial, como era o caso nas *Vorlesungen*. Nas *Vorlesungen* não era feita a distinção entre o conhecimento natural dos corpos celestes e o conhecimento do processo histórico. Em segundo lugar, as categorias são distinguidas das Ideias em 1784: as últimas podem, como signos regulativos, ser estabelecidas para a práxis da escrita histórica (*Praxis der Geschichtsschreibung*) e como diretiva para a ação (*als Handlungsanweisung*) do regente.¹⁹

Também o vínculo da teleologia com a prática pode receber novas determinações em meados da década de 80. Quanto à teleologia, convém lembrar que a *Idee* é posterior à *Crítica da razão pura*, mas anterior à terceira *Crítica*. Creio que podemos dizer que o texto seja crítico, já que a perspectiva teleológica pode ser pensada no quadro da *Crítica da razão pura* e não apenas no quadro da terceira crítica. Em relação à teleologia convém relembrar o já mencionado livro de Antônio Marques, em que são analisadas com rigor as mudanças na concepção kantiana de teleologia e organismo.²⁰ O próprio título do artigo, “*Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*”, insistindo na noção de Ideia, já o coloca no quadro crítico. Com a noção crítica de teleologia é possível justificar o estatuto das disposições naturais analisadas nas primeiras proposições,²¹ o que dificilmente seria possível caso se insistisse na analogia com o texto de Kant *História geral da natureza e teoria do céu*, de 1755.

A base textual que permite a Brandt afirmar as consequências práticas da Ideia como diretiva para a ação (*als Handlungsanweisung*) pode ser encontrada, por exemplo, na afirmação de Kant relativamente à importância que pode ter o ponto de vista a priori para a avaliação do

¹⁸ Cf. Brandt, R. *Op. cit.*, p. 42. Retomo nos parágrafos seguintes resultados de meu artigo „História universal e direito em Kant”. In: *Discurso* (34), 2004, 9-32.

¹⁹ V. Brandt, Reinhardt “Zum Streit der Fakultäten”, pp. 42-43.

²⁰ Sobre essa questão, veja-se também a dissertação de mestrado de Maurício Cardoso Keinert, *Da Idéia ao Juízo: o problema da finalidade na relação entre razão e natureza em Kant*. São Paulo: USP, 2001; e *Kant e o fim da metafísica*, de Gérard Lebrun.

²¹ Podemos lembrar também como J. A. Giannotti mobiliza a noção de determinação completa da *Crítica da razão pura* para pensar a filosofia da história kantiana em “Kant e o espaço da história universal”. In: Kant, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

que “povos e governos fizeram de positivo e prejudicial de um ponto de vista cosmopolita” (*Idee*, VIII, 31; 22). É um ponto de vista que permite avaliar (*schätzen*). Com isso já temos aqui uma abertura para a prática política, mas voltaremos a esta questão adiante.

B. *Ideia* - conceitos fundamentais – explicação teleológica e não mecânica determinista.

Podemos nos perguntar o que ocorre entre 1755, ano de publicação de *História geral da natureza e teoria do céu*, e 1785, permitindo a Kant elaborar outra concepção de história. Entre outros elementos, há sem dúvida, de um lado, a formulação da teleologia e o pensamento do organismo no “Apêndice da Dialética Transcendental” da *Crítica da razão pura*. Mas, de outro lado, há a preocupação constante de Kant com o conceito de raça.

Vejamos alguns dos conceitos fundamentais do texto de 1784, para examinar quais podemos pensar em analogia com texto de 1755: *Keime, Absicht, Naturanlage, zweckmäßig, Gattung, Antagonismen, ungesellige Geselligkeit, bürgerliche Gesellschaft, vollkommenen bürgerlichen Verfassung, Staatsverfassung*. Dentre estes, os únicos conceitos que poderiam ser pensados em relação com o mecanicismo newtoniano seriam os de antagonismo e insociável sociabilidade. O que fazer, então, com todos os outros conceitos? E a proposição terceira da *Ideia*?

Convém, inicialmente, lembrar as circunstâncias e o estatuto teórico dos textos kantianos sobre as raças.²² O primeiro, *Von den verschiedenen Racen der Menschen*, foi publicado em 1775 como anúncio do curso de geografia física. O segundo, *Bestimmung des Begriffs einer Menschenrace*, publicado em novembro de 1785, responde a algumas avaliações que Kant recebeu em relação ao primeiro texto. O terceiro, *Über den Gebrauch teleologischer Prinzipien in der Philosophie*, foi publicado em 1788, e nele Kant responde às críticas de Johann Forster, explicitando o caráter teleológico do campo de conhecimento referente às raças. A distinção das raças aparecerá também nos cursos de geografia física e de antropologia.

A segunda parte do curso de geografia física de Kant tem como título “Exame especial do que a Terra contém”, e em seu primeiro parágrafo encontramos a frase: “A diferença de conformação e cor dos homens nas diferentes zonas da terra”.²³ Entendemos, assim, porque o a-

²² Retomo aqui alguns parágrafos de minha conferência “A razão kantiana tem cor?”, apresentada no XI Internationaler Kant Kongress, em Pisa, 2010.

²³ Ver PG AA 09:311 e Vorl-Phy Geog AA 26.1:85.

nuncio das lições de geografia física, de 1775, apresenta um texto sobre as diversas raças humanas.

Algumas questões estavam na ordem do dia. De um lado, havia um sério problema conceitual: reinava uma confusão na utilização dos termos “raça”, “variedade” e “espécie”, por exemplo. De outro, uma questão de método: o embate entre a classificação de Lineu e a perspectiva aberta por Buffon. E, finalmente, a questão da herança – necessária ou não – de certas características físicas dos humanos. Nesse contexto, Kant tem de fazer um esforço conceitual e metodológico para enfrentar a especificidade de seu objeto. Em 1775, escreve ele:

A classificação escolástica faz-se por classes, que são divididas segundo as semelhanças; a classificação natural, em contrapartida, faz-se por troncos, dividindo os animais segundo laços de parentesco de acordo com a reprodução. Aquele *fornece* um sistema escolástico para a memória; esta um sistema natural para ao entendimento; a primeira tem apenas como intenção subordinar as criaturas a rubricas, a segunda visa submetê-las a leis.²⁴

Nesse quadro, a noção de germe torna-se fundamental na explicação kantiana. Em 1785, no quadro da discussão sobre a unicidade ou pluralidade dos troncos que formariam o gênero humano, Kant argumenta em favor da unicidade do gênero. Escreve ele:

...pois os animais, cuja diversidade é tão grande, que, para sua existência, seriam necessárias tantas outras criações diferentes, bem podem pertencer a um gênero *nominal* (a fim de os classificar segundo determinadas semelhanças), mas nunca a um gênero *real* para o que é requerido pelo menos a possibilidade da descendência de um par único. Esta última possibilidade é, mais precisamente, tarefa da história da natureza; a descrição da natureza pode satisfazer-se com a primeira.²⁵

Estamos longe da noção de história da natureza de 1755. Nesse sentido, é muito relevante o artigo de Gerard Lebrun “Une téléologie pour l’histoire? La première proposition de l’Idée d’une histoire universelle”²⁶, que permaneceu inédito até há pouco tempo:

...é a um duplo título, parece-nos, que a teoria das raças está em conexão com a *Ideia de uma historia universal*. Em primeiro lugar, ela dá uma consistência

²⁴ VvRM AA 02, 429. Tradução portuguesa: “Das diversas raças humanas”. In: Sanches, Manuela (seleção e tradução). *A invenção do homem. Raça, Cultura e Historia na Alemanha do séc. XVIII*. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, 2002, p. 103

²⁵ AA 08, 102. Tradução portuguesa: “Definição do conceito de raça humana”. In: Sanches, M. *Op. cit.*, p.126.

²⁶ “Une téléologie pour l’histoire? La première proposition de l’Idée d’une histoire universelle.”. In: *Kant sans kantisme*. Textos reunidos e editados por Paul Clavier e Francis Wolff. Paris: Fayard, 2009.

mais forte à Ideia de gênero humano unitário: a ‘humanidade’ não é certamente um *agregado de espécies* que proviriam de criações locais dispersas (...) daí a expressão ‘história universal’ (*allgemeine*) adquirir seu sentido pleno. Em segundo lugar, este reconhecimento da unidade humana é inseparável da pesquisa *histórica*, em um sentido da palavra cuja novidade é ressaltada por Kant. É que *descrição da natureza* e *história da natureza* não são apenas disciplinas justapostas: uma e outra constituem objetos diferentes “²⁷. Os conceitos de disposição natural e germe (*Keime*) “eis o que deixa pelo menos entrever que é um modelo biológico (não dizemos biologista) que Kant utiliza para chegar ao fio condutor prometido. É nesse modelo que é necessário reinscrever a ‘Primeira proposição’.²⁸

Mesmo que esquematicamente, espero ter fornecido assim bons argumentos contra pensar a interpretação kantiana da história em 1784 como historia natural. Ou pelo menos como história natural no quadro da concepção de 1755, já que a história natural modifica-se profundamente com as sucessivas pesquisas kantianas sobre as raças e o organismo.

Na década de 1780, torna-se importante para Kant articular a concepção de história da natureza “biológica” (distinta da mecânica) com a história, o direito e a moral; articular as leis da natureza com a liberdade de outra maneira, ou seja, articular finalidade e liberdade – questão que aparece no *Naturrecht Feyerabend*, na *Fundamentação* e, é claro, na *Ideia*.

No *Naturrecht Feyerabend*, por exemplo, Kant diz:

A natureza poderia, portanto, ter organizado nossa razão, segundo leis da natureza, de tal modo que o ser humano pudesse aprender a ler por si mesmo, inventar diversas artes, e tudo isso segundo determinadas regras. Neste caso, porém, nós não seríamos melhores do que os animais. Mas a liberdade, a liberdade apenas, faz com que sejamos um fim em si mesmo. Aqui temos a faculdade de agir segundo nossa própria vontade. Se a nossa razão fosse regulada por leis universais, minha vontade não seria minha própria, mas a vontade da natureza.²⁹

Na *Fundamentação*:

²⁷ Leun, G. *Op. cit.*, p. 265

²⁸ Idem, p. 266. Ver, por outro lado, o texto de Eckart Forster “The hidden plan of nature” (In: Rorty, A. e Schmidt, J. (orgs.) *Kant’s Idea for a Universal History with a cosmopolitan Aim. A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Sobretudo quando ele analisa a noção de *Entwicklung*, fundamental para a filosofia da história, e chama a atenção para o impacto da publicação do livro de Blumenbach *Über den Bildungstrieb und das Zeugungsgeschäft* (1781). A epigênese torna-se a teoria dominante da geração, contribuindo também para a transformação da noção de *Entwicklung*.

²⁹ AA *Naturrecht Feyerabend* 27.2.2, 1322. Tradução de Fernando Costa Mattos in: *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 15, Jan-Jun 2010, pp. 103-4; citada a partir daqui da seguinte maneira: AA, 27: página a edição da academia; página da tradução de Fernando Mattos.

Nas disposições naturais de um ser organizado, isto é, constituído em conformidade com o fim que é a vida, supomos como princípio que nele não se encontre instrumento algum para qualquer fim senão aquele que também é o mais conveniente e o mais adequado a ele. Ora, se o verdadeiro fim da natureza num ser dotado de razão e de uma vontade fosse sua *conservação*, a sua *prosperidade*, numa palavra, a sua *felicidade*, então ela teria tomado muito mal suas providências para isso ao escolher a razão da criatura como executora dessa sua intenção. Pois todas as ações que ela (a criatura) tem de realizar nessa intenção e todas as regras do seu comportamento lhe teriam sido indicadas com muito maior exatidão pelo instinto, e aquele fim poderia ter sido obtido por ela com muito mais segurança do que jamais pode acontecer pela razão; e, se essa tivesse sido outorgada por acréscimo à criatura favorecida, ela só poderia ter servido para que esta criatura se entregasse a reflexões sobre a índole feliz de sua natureza, para admirá-la, alegrar-se com ela e por ela ficar grata à causa benfazeja; mas não para submeter sua faculdade apetitiva a essa direção fraca e enganosa e para se intrometer atabalhoadamente na intenção da natureza; numa palavra, ela teria tomado precauções para que a razão não descambasse em um *uso prático* e não tivesse o atrevimento de excogitar para si mesma, com seus fracos discernimentos, o plano da felicidade e os meios para chegar até ela. A natureza teria não somente se encarregado da escolha dos fins, mas também dos próprios meios, e, com sabia providência, teria confiado um e outro ao instinto tão somente.³⁰

Podemos passar agora à segunda parte de nossa conferência, que visa oferecer uma interpretação concorrente àquela que afirma que a história filosófica de 1784 não tem conexão com uma teoria dos juízos práticos a priori, ou com uma doutrina do direito. Convém lembrar que a “posição semântica” mais extremada chega a negar que Kant tivesse em 1784 uma concepção positiva de liberdade e de lei moral.

C. *Naturrecht Feyerabend, Fundamentação, Ideia, Aufklärung*

O ano de 1784 é um ano extraordinário na criatividade filosófica kantiana. No semestre de verão de 1784 (fim de abril até fim de agosto)³¹ ele introduz, pelo que podemos saber, mudanças importantes em seu curso de direito natural (*Naturrecht Feyerabend*); termina o manuscrito da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* no início de setembro e o envia a seu editor; logo em seguida escreve a *Ideia*, que é publicada no

³⁰ Kant, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. De Guido de Almeida. São Paulo: Barcarolla/Discurso, 2009, p. 107-8.

³¹ Ver a respeito: *Kant e il diritto naturale. L'introduzione al Naturrecht Feyerabend*. Saggio introduttivo, edizione critica e note de Gianluca Sadum Bordoni, in: *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, serie V – anno LXXXIV, n.2 Aprile/giugno 2007, p. 206.

volume de novembro da *Berlinische Monatsschrift*; e, em dezembro do mesmo ano, publica, na mesma revista, o artigo *O que é o esclarecimento?* Nas anotações relativas ao curso de ética proferido por Kant no semestre de inverno de 1784-5 – *Moral Mrongovius II* –, podemos notar a grande transformação do pensamento de Kant se as comparamos com as anotações de cursos anteriores. Durante o período do curso, Kant já havia enviado o manuscrito da *Fundamentação* para o editor, mas o texto só foi publicado em 1785. Algumas Ideias que não tinham sido apresentadas no curso de direito natural foram, então, apresentadas pela primeira vez no curso de ética.

Convém lembrar algumas das circunstâncias da publicação das notas sobre o curso de direito natural de 1784. Em primeiro lugar, trata-se do único manuscrito de notas sobre os cursos de direito natural que persistiu até hoje. Foi publicado no volume 27 da Edição da Academia por Gerhard Lehmann. Algumas das edições de Lehmann têm sido muito criticadas, inclusive o *Naturrecht Feyerabend*. Gianluca Sadun Bordoni, juntamente com Norbert Hinske, reviu a “Introdução” do curso conferindo com o manuscrito e a publicou em edição bilíngüe (alemão/italiano) em 2007.³² Em 2010, Heinrich Delfosse, Norbert Hinske e Gianluca Bordoni publicaram o volume 30 do *Kant-Index: Stellenindex und Konkordanz zum Naturrecht Feyerabend*,³³ com a edição crítica revista da “Introdução” do curso. Até o fim do ano, os editores citados terminarão a revisão do resto do curso. Também em 2010, Fernando Costa Mattos traduziu para o português a introdução do curso de direito natural, que foi publicada nos *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 15 (jan-jun 2010).³⁴

O título da primeira parte da introdução do volume 30 do *Kant-Index* é significativo: “A *Fundamentação da metafísica dos costumes*, o *Direito natural Feyerabend* e a *Moral Mrongovius II* – três variações de um e mesmo pensamento”.³⁵ Evidentemente, não tenho a possibilidade, nesta conferência, de explorar as riquíssimas relações entre as três obras citadas, relacionando-as com a *Ideia de uma história universal*. Terei de

³² *Kant e il diritto naturale. L'introduzione al Naturrecht Feyerabend*. Saggio introduttivo, edizione critica e note de Gianluca Sadun Bordoni. In: *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, serie V – anno LXXXIV, n.2, Aprile/Giugno 2007, pp. 201-281.

³³ Delfosse, H., Hinske, N. e Bordoni, G. *Kant-Index: Band 30. Stellenindex und Konkordanz zum Naturrecht Feyerabend*. Stuttgart, Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2010.

³⁴ Gianluca Bordoni, Frederick Rauscher e Fernando Mattos estão esperando o novo estabelecimento do texto alemão completo para traduzi-lo, respectivamente, para o italiano, inglês e português. Gostaria de registrar meus agradecimentos a Frederick Rauscher por ter permitido que o Grupo de Filosofia Alemã da USP tivesse acesso à sua tradução inédita do *Naturrecht Feyerabend*, e por nos ter colocado em contato com Gianluca Bordoni. Com seu estímulo esboça-se uma relevante cooperação internacional.

³⁵ *Op. cit.*, p. IX.

contentar-me com a referência a algumas passagens, que servem de apoio à tese que venho defendendo.

O paralelismo entre elementos das obras referidas acima é grande: meios e fins, seres racionais como fins em si mesmos, imperativos da habilidade, prudência e sabedoria, conformidade ao dever e ação realizada por dever e assim por diante. De modo que Bordoni pôde escrever:

os paralelismos (às vezes insolitamente próximos) e as ligeiras divergências da *Fundamentação* com o *Naturrecht Feyerabend* constituem um motivo a mais de interesse e nosso manuscrito, que parece quase oferecer um comentário da *Fundamentação*, desenvolvendo argumentos e justificações de certas posições não explicitados nessa.³⁶

Não é frequente, contudo, a referência ao *Naturrecht Feyerabend* nos estudos sobre a *Fundamentação*. Uma exceção é Paul Guyer,³⁷ que ressalta um aspecto importante para meu argumento. Tratando da questão do valor absoluto do agente racional como fim em si mesmo, Guyer lança mão do curso de 1784. Ressaltando que na relação entre meios e fins é necessário, para não cair em um regresso ao infinito, que haja um bem em si, Guyer cita Kant:

Que tenha de haver alguma coisa como fim em si mesmo, e que nem todas as coisas possam existir meramente como meios, é tão necessário num sistema de fins quanto um *Ens a se* [ser em si] na série de causas eficientes. Uma coisa que é em si mesma um fim é um *Bonum a se* [bem em si]. O que pode ser considerado meramente como meio tem valor como meio apenas se é utilizado como tal. Para isso, então, tem de existir um ser que seja fim em si mesmo. Uma coisa na natureza é um meio para outra; isso continua indefinidamente, e é necessário, ao final, pensar uma coisa que seja ela própria um fim, pois do contrário a série não teria um término.³⁸

Para Guyer, o passo seguinte seria demonstrar que o homem é o fim em si e, para isso, ele novamente cita Kant:

O ser humano é, assim, um fim em si mesmo, e só pode ter, portanto, um valor interno, i.e. uma dignidade, em cujo lugar não pode ser posto nenhum equivalente. Outras coisas têm um valor externo, i.e. um preço contra o qual alguma coisa que sirva para o mesmo fim possa

³⁶ Bordoni, G. *Op.cit.*, p. 206

³⁷ Guyer, P. *Kant on Freedom, Law, and Happiness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 151 e ss. Um trabalho que leva em consideração o *Naturrecht Feyerabend* no estudo da teleologia e da moralidade em Kant é o livro de Cunico, G. *Il millennio del filosofo: chiasmo e teleologia morale in Kant*. Pisa: Edizioni ETS, 2001. Ver principalmente "Fondazione teleologica della morale nel corso di diritto naturale del 1784", pp. 188 e ss.

³⁸ Kant AA, 27: 1321.

ser posta como equivalente. O valor interno do ser humano baseia-se em sua liberdade, no fato de que ele tem uma vontade própria. Já que ele deve ser o fim último; então sua vontade não tem de depender de mais nada. – Os animais têm / xxvii,1320 / uma vontade, mas não a sua própria vontade, e sim a vontade da natureza. A liberdade do ser humano é a condição sob a qual o ser humano pode ser ele mesmo um fim.³⁹

A liberdade não depende de outro algo e pode encerrar a cadeia regressiva; a liberdade é boa nela mesma. Comparando com a *Fundamentação*, Guyer escreve:

A estrutura do argumento kantiano não é tão clara na *Fundamentação*, mas sua natureza se torna clara quando a ideia intuitiva inicial do valor absoluto da vontade boa é refinada na noção de uma dignidade incomparável da autonomia, propriedade de um ser regido por uma lei, mas uma lei que se escolheu livremente para si mesmo.⁴⁰

Não é o caso de desenvolver essa análise hoje: o que importa por ora é essa concepção de boa vontade, que entrará mais adiante em meu argumento.

Bordoni, por seu turno, não fica apenas na relação entre a *Fundamentação* e o *Naturrecht Feyerabend*, mas insiste também que “é para evidenciar os paralelismos com a *Ideia de uma história universal*, que contem, *in nuce*, alguns conceitos centrais da filosofia jurídica kantiana”.⁴¹

Em uma nota explicativa inicial ao texto “*Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*”, Kant afirma ter sido obrigado a desenvolver as Ideias que foram expressas no número XII de *Gothaische gelehrte Zeitungen*, de 1784 (11 de fevereiro). Kant teria conversado com um erudito de passagem por Königsberg, e dessa conversa se teria originado a seguinte nota:

Uma Ideia cara ao senhor professor Kant é a de que o fim último da espécie humana é alcançar a mais perfeita constituição política, e ele deseja que um historiador-filósofo queira empreender uma história da humanidade deste ponto de vista, mostrando-nos o quanto a humanidade aproximou-se ou afastou-se deste fim último nas diferentes épocas, e o que é preciso fazer ainda para alcançá-lo.⁴²

³⁹ Idem, 27:1319-20; 100.

⁴⁰ Guyer, P. *Op.cit.*, p. 153

⁴¹ Bordoni, G. *Op. cit.*, p. 207.

⁴² Kant, I. “Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht”. In: Akademie-Textausgabe, VIII, p. 468. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Terra in: Kant, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 1.

Podemos entender como era conhecida a “Ideia cara” a Kant no que diz respeito à constituição política, e podemos supor também que eram conhecidas as Ideias relativas a outros temas do direito e da teleologia histórica. O curso de direito natural de 1784, pelo menos em sua introdução, apresenta importantes inovações que também estarão presentes na *Fundamentação* e em outras obras posteriores. Como dissemos acima, Kant terminava de escrever a *Fundamentação* no mesmo período em que ministrava o curso de direito natural. Logo em seguida, escreve a *Ideia e O que esclarecimento?*, e ministra o curso de ética, que ficou conhecido como *Moral Mrongovius II*.

Dada a escassez do tempo, apenas lerei algumas passagens significativas da reflexão kantiana sobre a doutrina do direito, a qual nos ajuda a entender porque era esperada a explicitação, por parte de Kant, de sua “cara Ideia”. As citações são um pouco longas, pois desejo chamar a atenção para textos pouco discutidos entre nós.

Distinção de ética e direito

Ainda não se conseguiu determinar, a partir de princípios, o lugar do *jure naturae* [direito natural] na filosofia prática, nem tampouco mostrar a fronteira entre ele e a moral. Por isso as diferentes proposições de ambas as ciências acabam por misturar-se.⁴³

Pagar a dívida é um dever. A obrigatoriedade é a relação com a lei, neste caso com o contrato. A legalidade é a concordância da ação com o dever, sem levar em conta se este é ou não o seu fundamento de determinação. A moralidade é a concordância da ação com o dever na medida em que este seja o seu fundamento de determinação. Em todas as ações jurídicas, a legalidade é conformidade ao dever, mas não moralidade, pois elas não ocorrem por dever. Na legalidade só importa se eu ajo de acordo com o dever, sendo indiferente se o faço por respeito ou inclinação e medo.⁴⁴

A ética é a ciência do julgamento e determinação das ações segundo sua moralidade. O *jus* [direito] é a ciência do julgamento das ações segundo sua legalidade. A ética também é denominada doutrina da virtude. O *jus* pode tratar de ações que sejam coagidas a isso. Pois lhe é indiferente se as ações acontecem por respeito, medo, coerção ou inclinação. A ética não trata de ações que podem ser coagidas; a ética é a filosofia prática da ação tendo em vista a disposição. O *jus* é a filosofia prática das ações que não leva em conta a disposição. Tudo que tem obrigatoriedade, portanto todos os deveres, pertencem à ética. O *jus* trata de deveres e ações que são conformes à lei e podem ser coagidos. A ação é dita justa quando concorda com a lei, virtuosa quando se origina do respeito pela lei. Um ação pode, portanto, ser justa sem ser virtuosa. A disposição de agir por dever, por respeito à

⁴³ Kant AA 1321.

⁴⁴ Idem 1327, 110/1.

lei, constitui a virtude. A ética contém a doutrina da virtude, o *jus* a doutrina do direito. Mesmo que a ação seja também conforme à coerção, ela pode ser conforme à lei. Diz-se que o direito é uma doutrina dos deveres que podem e devem ser cumpridos por meio da força: mas isto se baseia no seguinte. Dever é necessitação, portanto deve ser necessário independentemente do respeito pela lei e tem de acontecer, pois, por meio da coerção. Fora a coerção e o respeito, nada necessita a uma ação. A coerção / xxvii, 1328 / é limitação da liberdade. Uma ação é correta (*recht*) quando concorda com a lei, **justa** (*gerecht*) quando concorda com as leis da coerção, i.e.: com as doutrinas do direito. Chama-se correto, em geral, àquilo que concorda com uma regra. Por isso se chama *linea recta* [linha reta] à linha que corre paralela à régua, a qual é chamada de regra. O correto é, portanto, ou virtuoso ou justo. Quando é uma ação conforme à coerção? Uma ação que se pauta pela regra universal da liberdade é correta; se ela contradiz a liberdade segundo uma regra universal, então ela é injusta. A intenção pode ser aqui a que for.⁴⁵

Mrongovius II 29:620:

O direito é o conjunto completo de todos os nossos deveres compulsórios (*legum strictarum*). A ética é o conjunto completo de todos os deveres não compulsórios. Não se pode ser coagido à disposição moral caso não se possa também reconhecê-la, pois do contrário cessaria toda liberdade, já que apenas o que é externo em uma ação poderia estar sob coerção.⁴⁶

Definição e Princípio do direito

A concordância da liberdade privada com a liberdade universal é o princípio supremo do direito, o qual é uma lei de coerção.⁴⁷

O direito é a limitação da liberdade pela qual ela pode coexistir com toda outra liberdade segundo uma regra universal.⁴⁸

A liberdade tem, portanto, de ser limitada, mas não pode ser pelas leis da natureza; pois então o ser humano não seria livre; logo, ele tem de limitar-se a si mesmo. O direito se baseia, portanto, na limitação da liberdade. Ele é mais fácil de explicar do que o dever. – No direito a felicidade não é levada em conta; pois cada um pode tentar alcançá-la como quiser.⁴⁹

Mrongovius II 29: 618

A coerção consiste, portanto, na limitação da liberdade por meio da condição sob a qual a sua liberdade pode coexistir com a liberdade universal. A liberdade consiste em que cada um possa agir de acordo com sua vontade sem ser

⁴⁵ Idem, 1327/8, 11/2.

⁴⁶ Kant AA 29.1,1 620 *V-Mo/Mron II*.

⁴⁷ Feyerabend 1328, 112.

⁴⁸ Idem 1328, 101.

⁴⁹ Idem 1321, 102

forçado a agir de acordo com a vontade de outrem, O conceito de direito se baseia tão somente no conceito de liberdade.⁵⁰

Com esses exemplos, que infelizmente não posso analisar aqui, fica patente o paralelismo entre o curso *Naturrecht Feyerabend*, a *Fundamentação*, a *Ideia de uma história universal*, *O que é o esclarecimento?* e a *Moral Mrongovius II*. Além disso, acredito que cada texto ajude a entender os outros. Eles formam uma constelação complexa e fascinante.

Podemos esboçar uma interpretação da *Ideia de uma história universal* com apoio na noção de teleologia desenvolvida na *Crítica da razão pura*, na *Fundamentação* e no *Naturrecht Feyerabend*; a noção de liberdade presente na *Fundamentação* é fundamental para compreender a *Ideia*; a doutrina do direito presente no *Naturrecht Feyerabend* e na *Moral Mrongovius II*, por seu turno, pode ser mobilizada para compreender os elementos da doutrina do direito presentes na *Ideia*. A interpretação da terceira e da sexta proposições, por exemplo, exige todo esse aparato. Seria também importante levar em consideração a noção de *Aufklärung* na oitava proposição, mas deixo para outra ocasião.

Veamos algumas das proposições da *Ideia*, consideremos primeiramente uma passagem da terceira:

a natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto por meio da razão. A natureza não faz verdadeiramente nada supérfluo e não é perdulária no uso dos meios para atingir seus fins. Tendo dado ao homem a razão e a liberdade da vontade que nela funda, a natureza forneceu um claro indício de seu propósito quanto à maneira de dotá-lo.⁵¹

Podemos comparar essa passagem com a *Fundamentação* e o *Naturrecht Feyerabend*. A questão é como compreender que a natureza, a providência e a natureza humana, com sua insociável sociabilidade, possam dirigir os homens em certo sentido e, ao mesmo tempo, não negar a liberdade. Guyer interpreta o vínculo de teleologia e liberdade da seguinte maneira: “a filosofia transcendental de Kant implica que não é incoerente ver a natureza como querendo a liberdade humana porque a natureza ela mesma precisa ser vista como o produto de um autor inteli-

⁵⁰ Mrongovius II 29: 618. É interessante ressaltar que uma parte do curso *Moral Mrongovius II* tem o subtítulo “Von der Jurisprudence”. Nessa parte, Kant retoma a distinção entre legalidade jurídica e legalidade ética e comenta as fórmulas de Ulpiano: “Honeste vive ist das Princip der Ethic, neminem laede des Rechts in statu naturali, und suum cuique tribue auch des Rechts, aber im statu civili”. AA 29.1.1, 631.

⁵¹ AA 08, 468; *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 6. Grifos meus.

gível”.⁵² A terceira proposição não faz sentido se a natureza for entendida como natureza mecânica, segundo um determinismo estrito.

Na *Kantforschung* recente, vale considerar o importantíssimo livro de Pauline Kleingeld *Fortschritt und Vernunft: Zur Geschichtsphilosophie Kants*, bem como sua polêmica com Höffe. Enquanto Kleingeld defende a posição de que se pode colocar a questão do progresso moral na *Ideia*, Höffe diz que só se pode falar em um progresso do direito.⁵³

Tenho afirmado em meus textos que a história filosófica kantiana é a história do aprendizado do direito, principalmente na *Ideia*. Maurício Keinert tem insistido há muito tempo que a história aponta, mesmo em 1784, para a realização também da moral.⁵⁴ O que poderia ajudar a entender a seguinte passagem da 4a. Proposição: “e assim finalmente transformar um acordo extorquido *patologicamente* para uma sociedade em um *todo moral*”.⁵⁵

Consideremos agora uma passagem da sexta proposição:

apenas a aproximação a esta *Ideia* (sociedade civil que administre universalmente o direito) nos é ordenada pela natureza. Que ela seja aquela que será realizada por último decorre disto: que ela exige conceitos exatos da natureza de uma constituição possível, grande experiência adquirida através dos acontecimentos do mundo e, acima de tudo, uma boa vontade predisposta a aceitar essa constituição.⁵⁶

Ficam claros, nessa passagem, dois movimentos: de um lado, o ordenamento natural que conduz a humanidade em certa direção; de outro, um aspecto que exige conhecimento, experiência histórica e boa vontade. Não podemos esquecer o significado fundamental da boa vontade nos escritos e cursos de 1784. Os aspectos mecânicos da natureza não podem produzir conhecimento, experiência histórica e muito menos boa vontade. A sexta proposição só faz sentido no quadro das análises kantianas sobre a distinção de direito e ética; na formulação do princípio da moralidade, de um lado, e no princípio do direito, de outro; no quadro

⁵² Guyer, P. “Nature, freedom, and happiness: the third proposition of Kant’s *Idea* for a universal history”. In: *Kant on freedom, law and happiness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 379.

⁵³ Keingeld, P. *Fortschritt und Vernunft: Zur Geschichtsphilosophie Kants*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1995, p. 14; Höffe, O. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 270 e ss. Ver também o já citado *Critical Guide* organizado por Amélie Rorty e James Schmidt, com 12 artigos sobre a *Idéia*.

⁵⁴ Ver também a passagem de Daniel Perez: “aceitamos em princípio os argumentos dos que, como Kleingeld, afirmam que o desenvolvimento das disposições originais culmina na moralização do homem e nos distanciamos, parcialmente, dos argumentos dos que vêem a história como a realização do direito, como o caso de Terra e Loparic”, “Os significados da história em Kant”, p. 85.

⁵⁵ *Idéia* AA 08, 21; 9.

⁵⁶ Kant AA 08, 23; 12. Grifos meus.

da concepção de liberdade como limitação recíproca e também como autonomia, a partir da análise da boa vontade. E todas essas questões são explicitamente tratadas nos textos do período.

Recebido em 11/03/2011; aprovado em 31/03/2011